

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 177

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 27 DE NOVEMBRO DE 2001

ANO XXVII

## *Mesa Diretora*

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PDT

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSDB

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i> .....	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i> .....	<i>Cezar Silvestri</i>

## *Representação Partidária*

*PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Justus (licenciado) - Plauto Miró Guimarães; PTB - 07: Carlos Simões - Custódio da Silva - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Tiago Amorim Novaes - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer.*

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 045ª SESSÃO  
EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
27 DE NOVEMBRO DE 2001**

*(terça-feira)*

Presidência do senhor deputado Elio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Nelson Tureck e Hidekazu Takayama.

Às dezoito horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Custódio da Silva; Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Tiago Amorim Novaes; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.**

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Esta Presidência tem a satisfação, como foi anunciado antes do início da Sessão, pelo deputado Cezar Silvestri, em nome do deputado Hermas Brandão, registrar a presença dos alunos do 1º ano de Direito da Faculdade Curitiba.

Sejam bem-vindos e muito obrigado pela presença.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

REQUERIMENTO Nº 4052

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a preferência para a discussão e votação da Proposição nº 061/2001, item 05 da Ordem do Dia da Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 27.11.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 4053

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a discussão e votação em bloco das Proposições nºs 044/2001 e 060/2001, itens 02 e 04 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 27.11.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 4051

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, destaque na votação dos itens 1 e 3 da pauta dos trabalhos da Sessão Extraordinária desta terça-feira, dia 27/11/01.

Sala das Sessões, em 27.11.2001.

(aa) GERALDO CARTÁRIO

CARLOS SIMÕES

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não há oradores inscritos.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

Sobre a mesa, Requerimento nº 4051, de autoria dos senhores deputados Geraldo Cartário e Carlos Simões, constantes do expediente, solicitando destaque na votação dos itens 1 e 3 da pauta dos trabalhos da presente Sessão Extraordinária. **Aprovado.**

Pela Ordem, com a palavra o deputado Geraldo Cartário.

**O SR. GERALDO CARTÁRIO**

Senhor presidente, eu já tive inclusive a anuência do líder do Governo, também certamente do deputado Nereu Moura e deputado Waldyr Pugliesi - que representa a Oposição - para votarmos separadamente o item 01, que versa sobre o município da Lapa para integrar a região metropolitana.

Há uma concordância, inclusive, das lideranças para votarmos pela derrubada do veto, visto que se trata de uma cidade hoje comandada pelo ex-deputado Paulo Furiatti e ainda uma cidade integrando a região metropolitana, uma homenagem ao nosso ex-governador Ney Braga.

Por isso, peço a compreensão para o voto.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Deputado, V. Exa. já encaminhou o requerimento. Vamos pôr em votação o requerimento, que pede destaque do item nº 01.

Pela Ordem, com a palavra o deputado Augustinho Zucchi.

**O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI**

Conjuntamente com o item nº 01, nós tínhamos solicitado o destaque dos itens nºs 01 e 03.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Mas, foi retirado pelo autor o nº 03.

**O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI**

Foi retirado pelo autor... foram separados os dois itens. Agora, permanece a proposição para votar em destaque, também, o item nº 03. Apenas e tão somente não a votação em bloco os dois vetos, mas os dois destaques permanecem no mesmo requerimento.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Solicito a V. Exa. que encaminhe outro requerimento, já que nós rasuramos o outro, então encaminhe um requerimento pedindo destaque também para o item nº 03 ou então fazemos num só, pedindo destaque para o item nº 01 e nº 03 e não em bloco.

**O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI**

Exatamente, se V. Exa. colocasse em destaque os dois vetos e somente a votação seria separada.

**O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem)**

Senhor presidente, somente para comunicar que, junto com os alunos da Faculdade Curitiba, honra-nos com a sua presença o professor Ezequias Losso, que hoje está acompanhando os alunos da Faculdade Curitiba.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Nós vamos colocar em votação o requerimento que pede destaque para os itens nº 01 e nº 03. Não em bloco, mas separados cada um. **Aprovado.**

Nós temos mais um requerimento do deputado Divanir Braz Palma, de nº 4052, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação da Proposição nº 061/2001, item 05 da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária. **Aprovado.**

**O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)**

Senhor presidente, veja bem, V. Exa. colocou em destaque o 1º item da pauta que é de autoria do deputado Geraldo Cartário; o 3º também. Então, o deputado Divanir Braz Palma poderia retirar o requerimento dele.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Não, porque é o item nº 05.

**O SR. NEREU MOURA**

Sim, mas daí poderíamos votar o 2, 4, 5 juntos e seria destaque para os três juntos.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Mas ele está pedindo para um.

**O SR. NEREU MOURA**

Pois é, mas eu queria sugerir ao deputado Divanir...

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Mas ele pede preferência de votação também.

**O SR. NEREU MOURA**

Sugiro ao deputado Divanir que peça destaque para os três projetos para votarmos em conjunto.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Está em votação o requerimento apresentado pelo deputado Divanir. **Aprovado.**

O deputado Durval Amaral pede votação em bloco do item nº 02 e item nº 04.

**ITEM 02**

**DISCUSSÃO ÚNICA** - da proposição nº 044/2001, veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 370/99, de autoria do deputado Ricardo Chab, que dispõe sobre a interrupção de fornecimento de água e luz aos consumidores do Estado do Paraná. **RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. Aprovado.**

Ofício/CTL/SEEG nº 158/2001

Curitiba, 18 de maio de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 041/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII e na conformidade do disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 370/99, por julgá-lo

contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que “ficam a Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, a Companhia de Energia Elétrica - Copel e as demais concessionárias distribuidoras de água e energia elétrica no Estado do Paraná, obrigadas a esgotar todos os métodos e os recursos cabíveis na cobrança de tarifas em atraso, antes do corte de fornecimento de água e energia elétrica por falta de pagamento”.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência deve-se ao fato de a matéria versada subordinar-se a mandamentos básicos estabelecidos por legislação federal, segundo os quais toda e qualquer formulação a respeito de questões tarifárias deverá, com eles, guardar inteira consonância. No que respeita à Companhia Paranaense de Energia - Copel, segue adiante transcrito pronunciamento daquela Companhia, cujas considerações são por mim endossadas e adotadas nas razões do veto ora aposto:

...”A respeito, cumpre-nos registrar que, na qualidade de concessionária de serviços públicos de distribuição de energia elétrica no Paraná, a Copel sujeita-se a disciplina legal específica que regula a prestação de seus serviços.

Nesse contexto, a Portaria nº 466, de 12.11.97, do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - Dnaee (atual Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel), que estabelece as condições gerais de fornecimento de energia elétrica, permite que as concessionárias suspendam o fornecimento da energia por atraso no pagamento da fatura 15 dias após o seu vencimento. A Copel efetua a suspensão, em média, 36 dias após o vencimento da fatura.

As faturas são entregues aos consumidores dez dias antes de seu vencimento, para que possa ser programado seu pagamento com a antecedência necessária.

Decorridos vinte dias do vencimento da fatura, a Companhia envia ao cliente inadimplente reaviso com o valor do débito pendente e informando que o prazo para quitação será limitado em 15 dias do recebimento da comunicação. Expirado esse prazo, é, então, efetuado o corte no fornecimento de energia.

Adicionalmente, cabe-nos ressaltar que esta concessionária de energia elétrica sempre teve como fundamento observar o aspecto social no trato de seus clientes. Assim sendo, pratica tarifas diferenciadas para o consumidor de baixa renda; efetua parcelamento de débitos, cujo número de parcelas varia, caso a caso, dependendo da situação financeira do consumidor, dentre outras medidas, como forma de facilitar a quitação de débitos dos clientes em dificuldades.

A continuidade no fornecimento, sem o recebimento do devido pagamento, ensejaria desequilíbrio econômico-financeiro da Companhia, pelo que todos os demais consumidores teriam de arcar, uma vez que o for-

necimento sem a contraprestação, acabaria, necessariamente, revertendo em acréscimo na tarifa.

Quanto à hipótese de, nos casos de reincidência, a concessionária instituir a figura do fiador, tal alternativa revela-se inviável, não só em função do universo de consumidores atendidos (cerca de 2,8 milhões), como também pelo fato de não haver dispositivo legal que obrigue o consumidor a adotar tal medida.

Por fim, destacamos que a matéria em questão, no âmbito da concessão de energia elétrica, somente pode ser disciplinada por lei federal, que é a esfera detentora do poder de regulação dos procedimentos desse serviço.

Assim, qualquer regulamentação dessa natureza advinda do Poder Legislativo Estadual será considerada inconstitucional, não tendo efeito sobre os procedimentos já estabelecidos para a questão”...

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 370/99 encontra-se publicado no DA nº 035/2001, de 10/04/2001, em Redação Final)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO Nº 44/2001

VETO AO PROJETO DE LEI Nº 370/99

P A R E C E R :

#### **Fundamentação**

Sob o aspecto legal e constitucional, esta relatoria não vê nenhum impedimento para sua normal tramitação, até deliberação final pelo soberano Plenário.

Recebe, portanto, o parecer favorável.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 13.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

#### **ITEM 04**

DISCUSSÃO ÚNICA DA PROPOSIÇÃO Nº 060/2001, veto aposto ao Projeto de Lei nº 216/99, de autoria do deputado Tony Garcia, que autoriza o Poder Executivo a descentralizar as ações da Defensoria Pública e dá outras providências. RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. **Aprovado.**

Ofício/CTL/SEEG nº 191/2001.

Curitiba, 25 de junho de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 070/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII e na conformidade do disposto

no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 216/99, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que, “fica o Poder Executivo autorizado a descentralizar as ações da Defensoria Pública, promovendo a orientação jurídica e gratuita em todas as instâncias conforme o previsto no artigo 5º LXXXIV da Constituição Federal e artigo 127 e seu parágrafo único da Constituição Estadual.”

A negativa de sanção ao projeto de lei em causa decorre de sua indiscutível inconstitucionalidade, eis que, não tendo sido proposto pelo Poder Executivo, afronta o preceito contido no artigo 66, inciso III, da Constituição Estadual, onde está reservada ao Governador do Estado a competência privativa para o início do processo legislativo de tal matéria.

Por outro lado, inobstantemente ao impedimento de ordem constitucional, vale frisar que a medida, pela forma como está posta, contendo imprecisões formais, seria inexecutável.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa, os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 216/99, encontra-se publicado no DA nº 044/2001, de 24/04/2001, em Redação Final)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO Nº 060/2001

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 216/99, de autoria do deputado Tony Garcia, que autoriza o Governo do Estado a descentralizar as ações da Defensoria Pública e dá outras providências.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento a Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERGIO SPADA - Relatora

Conforme o requerimento aprovado, vamos votar o item nº 5.

**ITEM 05**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 061/2001, veto apostado ao Projeto de Lei nº 001/2000, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que cria o Fundo Estadual de Defesa Civil e dá outras providências. RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG nº 242/2001.

Curitiba, 29 de junho de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 100/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII e na conformidade do disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 001/2000, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que fica “instituído, no âmbito de atuação da Secretaria de Estado da Casa Militar, o Fundo Estadual de Defesa Civil - Fundec, de natureza contábil, com prazo de duração indeterminado, destinado a captar, controlar e aplicar recursos financeiros, de modo a garantir a execução de ações preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas às populações atingidas por desastres naturais ou provocados por ação humana.”

O projeto de lei em referência, embora reconheça a louvável preocupação de seu autor com assuntos da defesa civil, não foi acolhido porque, implicando em aumento de despesas para o erário, não previstas na Lei Orçamentária, fere os artigos 133 e seguintes da Constituição Estadual, eivado, portanto, de inconstitucionalidade. Ademais, desatende normas da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Não obstante as razões apontadas, a medida apresenta-se imperfeita em sua redação, pois a Casa Militar, não sendo Secretaria de Estado, deixa de possuir estrutura própria para órgão desse nível, o que, de certa forma, seria necessário, caso a medida fosse adotada.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 001/2000, encontra-se publicado no DA nº 066/2001, de 22/05/2001, em Redação Final)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 061/2001

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 001/2000, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que cria o Fundo Estadual de Defesa Civil e dá outras providências.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relatora

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Convido o 1º secretário para que faça a chamada.

Nós aprovamos, deputado Geraldo Cartário, um requerimento do deputado Divanir Braz Palma que pede preferência para discussão e votação; outro foi apenas destaque. Então, primeiro nós temos que votar o item nº 5 do deputado Divanir Braz Palma.

Os deputados serão chamados pelo 1º secretário. Quem for a favor do veto vota com sim, quem for contra o veto vota com não.

**O SR. 1º SECRETÁRIO (Nelson Tureck)**

**(Procede à chamada nominal para votação)**

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Designo os senhores deputados Luiz Carlos Alborghetti, Irineu Colombo e Carlos Simões, para fazerem a escrutinação dos votos.

**(É procedida a contagem dos votos)**

Atenção, senhores deputados, para o resultado da votação, referente ao item nº 05, discussão única da proposição nº 061/2001.

43 senhores deputados votaram.

Votos em branco: 01.

Cédula “Sim”: 24.

Cédula “Não”: 18.

**Estão mantidos os vetos e rejeitado o projeto.**

Agora, vamos votar o item nº 1. Apenas o item nº 1. Convido o 1º secretário, deputado Nelson Tureck, para que faça a chamada dos senhores deputados.

O item nº 01 é veto ao Projeto de Lei nº 377/2001, de autoria do deputado Geraldo Cartário.

**ITEM 01**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 07/2001, veto apostado ao Projeto de Lei nº 337/2000, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que dá nova redação ao parágrafo único do artigo 2º da Lei nº 11.027, de 29 de dezembro de 1994 (Comec). COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Ofício/CTL/SEEG nº 017/2001.

Curitiba, 16 de janeiro de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 246/2000, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII e na conformidade do disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, votei o Projeto de Lei nº 337/2000, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo a dar nova redação ao parágrafo único, do artigo 2º, da Lei nº 11.027, de 29 de dezembro de 1994 que, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 12.125, de 22 de abril de 1998, arrola os

municípios integrantes da Região Metropolitana de Curitiba, visando, o projeto de lei ora vetado, a inclusão do município da Lapa na referida região metropolitana.

A negativa de sanção deve-se ao fato de o presente projeto de lei ter sido contrário ao interesse público, não só em razão da distância entre o município da Lapa e a Capital do Estado, como também de perfil urbano e demais condições de polarização regional e de infraestrutura própria daquela municipalidade.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 337/2000, encontra-se publicado no DA nº 143/2000, de 23/10/2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 07/2001

**P A R E C E R :**

A proposição em tela trata de veto apostado ao Projeto de Lei nº 337/2000, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que dá nova redação ao parágrafo único do artigo 2º da Lei Estadual nº 11.027, de 29 de dezembro de 1994. Tem por intenção o nobre deputado relacionar o município da Lapa como integrante da Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba - Comec.

O Governador do Estado, usando das atribuições conferidas pelo artigo 87, inciso VII, e dispondo dos prazos estabelecidos pelo parágrafo 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetou o referido projeto de lei por julgá-lo contrário ao interesse público, não só em razão da distância, como também do perfil urbano e demais condições de polarização regional e de infraestrutura própria daquela municipalidade”.

Tendo sido a negativa governamental proferida dentro do prazo constitucional, a presente proposição encontra-se em condições de ser apreciada pelo Plenário desta Casa de Leis, nos termos regimentais.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

**O SR. 1º SECRETÁRIO (Nelson Tureck)**

Procede a chamada nominal dos senhores deputados.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Convido os senhores deputados Luiz Carlos Alborghetti, Irineu Colombo e Chico Noroeste, para que façam o escrutínio dos votos.

Resultado da votação referente ao item nº 01.

Quarenta e três senhores deputados votaram.

Com a cédula Sim: cinco deputados.

Com a cédula Não: trinta e seis.

Em branco: dois votos.

**Está rejeitado o veto e mantido o projeto.**

Agora vamos votar o item nº 03.

### ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 058/2001, veto aposto ao Projeto de Lei nº 052/99, de autoria do deputado Augustinho Zucchi e outros, que dispõe sobre as normas sanitárias para a elaboração e comercialização de produtos agroartesanais de origem animal e vegetal, oriundos da agricultura familiar, no Estado do Paraná. RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 192/2001

Curitiba, 25 de julho de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 067/01, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento da V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII e na conformidade do disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 052/99, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo estabelecer normas sanitárias para elaboração e comercialização de produtos agroartesanais de origem animal e vegetal, oriundos da agricultura familiar no Estado do Paraná.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência deve-se ao adiante transcrito parecer da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, cujos termos endosso, considerando a medida contrária aos superiores interesses públicos porque afronta a legislação sobre a matéria, inclusive a originária da União Federal:

“Segundo entendemos, o Projeto de Lei nº 052/99 aprovado pela Assembléia Legislativa, afronta totalmente a Lei nº 7889/89 (Federal), a Lei nº 10799 (Estadual) e o Decreto nº 3.005/2000, uma vez que qualquer instalação, local ou dependência, incluídas suas máquinas, equipamentos e utensílios, no qual são produzidas matérias primas ou são abatidos animais de açougue e silvestres, bem como onde são recebidos, manipulados, beneficiados, elaborados, preparados, transformados, envasados, acondicionados, embalados, rotulados, depositados e industrializados, com a finalidade comercial ou industrial, os produtos ou subprodutos derivados, comestíveis ou não, da carne, do leite, dos produtos agrícolas, do ovo e do pescado, independente se for obtido de forma artesanal ou não, deverão ser obrigatoriamente registrados em um dos Serviços de Inspeção de Produtos de Origem Animal, de acordo com a área de comercialização, ou seja: Serviço de Inspeção Municipal para aqueles que irão comercializar somente no município, Serviço de Inspeção Estadual para os que terão comércio intermunicipal e

Serviços de Inspeção Federal para os que realizarão comércio interestadual.

Para a obtenção do registro em um destes serviços, não é levado em consideração o volume de produção e sim, instalação condizentes e o uso de boas práticas de fabricação, a fim de que o produto final esteja isento de agentes patogênicos capazes de colocar em risco a saúde do consumidor”.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto e lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 052/2000 encontra-se publicado no DA nº 044/2001, de 24.04.2001, em Redação Final)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO - VETO Nº 58/2001

VETO AO PROJETO DE LEI Nº 052/99

P A R E C E R :

O projeto de lei em questão, objeto de veto do Governador, dispõe sobre as normas sanitárias para a elaboração e comercialização de produtos agroartesanais de origem animal e vegetal, oriundos de Agricultura Familiar, no Estado do Paraná e adota outras providências.

O Poder Executivo vetou o projeto em tela, haja vista seu afrontamento com o estatuído na Lei Federal nº 7889/98, e Lei Estadual nº 107/99 e o Decreto nº 3.005/2000.

Estando observados os prazos e requisitos regimentais, o veto encontra-se em condições de ser apreciado pelo plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.08.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

### O SR. AUGUSTO ZUCCHI (Para Encaminhar)

Senhor presidente, bem rapidamente, apenas gostaria de dizer o seguinte: esse projeto de lei não é meu, é feito em conjunto com o deputado Carlos Simões, com a Comissão de Agricultura da época da Casa, com o deputado Colombo, enfim, com o deputado Colombo, enfim, com os deputados que compunham a Comissão de Agricultura. É uma cópia do projeto de lei de Santa Catarina, que já está em vigência há mais de quatro anos aqui no Estado.

Eu ouvi aqui o deputado Fernando Ribas Carli falando do Estado do Paraná e o Estado do Paraná, em termos de agroindustrialização, tem muito ainda que se adaptar para que possamos ajudar os nossos pequenos agricultores.

Então, gostaria de dizer o seguinte: Olha! Eu tenho uma preocupação, porque quem sabe tivéssemos deixado

de colocar autoria nesse Projeto, nós não podemos perder essa oportunidade. São mais de trezentos e quarenta mil pequenos agricultores do Paraná que não sobrevivem mais com o plantio de feijão, de milho, de arroz, eles precisam industrializar o seu produto. Isso aqui é apenas para ajustar os pequeninos agricultores que industrializam os seus produtos, que fazem o queijo, que industrializam o leite.

Senhor presidente, eu gostaria de deixar também para o deputado Carlos Simões para encaminhar.

Eu peço aqui aos deputados para que ajudem na aprovação desse projeto, na rejeição do veto, porque nós estaremos ajudando o nosso pequeno agricultor.

E aqui diz, inclusive na justificativa, que poderia ser inconstitucional, não o é! Já está em vigência em Santa Catarina e nós temos aqui o seguinte: apenas diz que pode ser feito convênio com as prefeituras municipais, que pode ser feito convênio com laboratórios credenciados pela Secretaria da Agricultura, mas que tem que passar pelo Ministério da Agricultura com relação à sanidade. Ele preserva a sanidade dos produtos, mas é necessário que nós tenhamos que aprovar esse projeto, rejeitado o veto para ajudar os nossos agricultores.

Eu sei que o tempo é curto aqui, senhor presidente, só tenho preocupação que daqui a pouco, em uma votação de final de tarde, nós possamos enterrar o sonho de centenas de agricultores que nos pedem, todos dias, para que possamos aprovar esse projeto os ajudando na comercialização dos seus produtos nas feiras que têm sido feitas no Paraná, inclusive com o incentivo do Governo do Estado, para que possamos realmente ajudar na agroindustrialização que é uma vertente, hoje, fundamental, para os nossos produtores. para quem vai na França, na Itália, a origem de um produto é fiscalizado lá, a qualidade sai de lá, da propriedade.

É isso que nós queremos, ajudar o nosso produtor, porque muitos, deputados Elio Rusch, V. Exa. que também representa municípios de pequenos produtores, não conseguem fazer um projeto, quem sabe, um projeto macro para a sua industrialização? A grande maioria deles também não é integrado a outras empresas que podem repassar a tecnologia a esses produtores.

Então, o que nós queremos, apenas e tão-somente é ajudar os nossos pequenos agricultores. Eu agradeço e peço o apoio de todos os nossos senhores deputados, para que possamos rejeitar o veto.

Muito obrigado!

#### O SR. CARLOS SIMÕES (Para Encaminhar)

Senhor presidente, sei muito o objetivo: este projeto que dispõe sobre as normas sanitárias para a elaboração e comercialização de produtos agroartesanais de origem animal e vegetal, oriundos da agricultura familiar, esse é um detalhe muito importante.

Esse projeto, inicialmente, já vem de alguns anos aqui na Casa, eu iniciei o projeto sozinho; estive visitando o Oeste catarinense, agricultores, pequenas cooperativas, e lá entendi que eles estavam um passo à frente do Paraná quando tratavam da agricultura familiar. Eu trouxe para cá o projeto inteiro, uma cópia, e quando apresentei, eu já havia falado que esse projeto é uma cópia fidedigna do projeto catarinense. Aí ficou na Casa. Foi às Comissões. E aí já veio com mais conhecimento na parte técnica, o deputado Zuk que é da área, o deputado Irineu Colombo, aprimoraram-no, deixando-o ainda melhor.

Eu entendo que esse projeto está pronto. Falei com a Liderança do Governo, agora, que na verdade houve uma precipitação por parte da Assessoria do Governo, devia ter uma análise melhor, mais criteriosa e não gera despesa nenhuma para ninguém, não cria nenhum empecilho a ninguém, é um projeto limpo, cristalino, é um projeto bom para o Paraná.

Por isso, eu peço o apoio dos senhores deputados. Muito obrigado.

#### O SR. CEZAR SILVESTRI (Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhores deputados:

Quero aqui me somar e parabenizar o deputado Augustinho Zucchi e o deputado Carlos Simões por essa iniciativa.

Nós que vivemos no interior e acompanhamos, principalmente a agricultura familiar, estamos cansados de ver em todas as propostas de governo, de forma geral, não quero aqui individualizar o Governo do Estado, todos os governos, inclusive os municipais, falam que a prioridade é a agricultura familiar e falam em incentivos à agricultura familiar. O próprio Governo do Estado tem alguns programas incentivando a agricultura familiar, mas sempre os produtores rurais, principalmente os pequenos, acabam esbarrando ou na questão da extrema burocracia que limita suas ações, caso do projeto que hoje estamos votando, que permite maior flexibilização exatamente nessa questão da sanidade e também da questão das exigências feitas pelos órgãos governamentais, de forma geral.

Acredito que todos nós precisamos nos somar ao deputado Carlos Simões, deputado Augustinho Zucchi, e à Comissão de Agricultura, de uma forma geral. Acho que é de interesse de todos nós, por isso, faço questão absoluta de deixar registrado o meu voto favorável.

#### O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Em votação.

Convido o senhor 1º secretário deputado Nelson Tureck, para que faça a chamada dos senhores deputados para depositarem o seu voto.

#### O SR. 1º SECRETÁRIO (Nelson Tureck)

(Procede à chamada nominal dos senhores deputados para a votação).



**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Convido os deputados Tony Garcia, Luiz Carlos Alborghetti e Carlos Simões, para que façam o escrutínio dos votos.

**(Escrutínio)**

Quarenta e dois senhores deputados votaram: com a cédula NÃO: 30

Com a cédula SIM: 12.

Está rejeitado o veto e mantido o projeto.

Vamos votar os itens 02 e 04 - dois vetos em bloco.

Convido o senhor 1º Secretário para que faça a chamada dos deputados.

**O SR. 1º SECRETÁRIO (Nelson Tureck)  
(Procede à chamada nominal).****O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Convido os deputados Nelson Garcia, Moysés Leônidas e Tony Garcia.

**O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (Pela Ordem)**

Declino da indicação, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Quarenta e dois (42) senhores deputados votaram.

Com a cédula **branca**, quatro (04) senhores deputados votaram. Com a cédula **sim**, (12) senhores deputados votaram.

Com a cédula **não**, vinte e seis (26) senhores deputados votaram.

**Estão mantidos os vetos e rejeitados os projetos.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para logo após ao término da presente sessão, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 596/99, 033, 150, 285, 305, 496, 500 e 555/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 361, 426, 427, 518, 549, 563, 589 e 591/2001.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 036 e 037/2001.

Levanta-se a Sessão.

**Pedido de Adesão:****PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA  
PEDIDO DE ADESÃO**

CLAUDETE PALOTA, matrícula nº 40.972, residente à Rua Alice Tibiriça, 652, ap. 803, bairro Cham-

pagnat - Curitiba - PR CEP 80730-320 remuneração mensal estimada R\$880,39 CPF: 571.740.679-72 telefone: 335-9645, lotação: Comissões; data de nascimento: 19.01.1965.

Solicito ao Sr. Dr. Abib Miguel, mui digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 200 de 02 de maio de 2001, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: nível 061.

(Prot. nº 12638

Curitiba, em, 27.11.2001.

(a) CLAUDETE PALOTA

**Atas das Comissões:****COMISSÃO DE LETRAS, IMIGRAÇÃO  
E COLONIZAÇÃO  
14ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e um de novembro do ano dois mil e um, reuniu-se na Sala de Reunião das Comissões, a Comissão de Terras, Imigração e Colonização, sob a presidência do senhor deputado Nereu Moura, mais a presença dos senhores deputados membros da Comissão. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião, com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 372/2001 de autoria do deputado Miltinho Pupio. Relator - deputado Luiz Fernandes Litro. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente agradeceu a presença dos senhores deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual para constar lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim, Rosângela Alves Cardoso, secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(a) NEREU MOURA - Presidente

Rosângela Alves Cardoso - Secretária

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO  
14ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e sete dias do mês de novembro de 2001, reuniu-se na Sala de Reunião da Comissão de Orçamento, sob a Presidência do senhor deputado Cezar Silvestri, com as presenças dos senhores deputados Nereu Moura, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário e Hermes Fonseca, membros da Comissão. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião, com a seguinte Ordem do Dia: 1º) Projeto de Lei nº 477/2001, de autoria do Poder Executivo - Relator deputado Fernando Ribas Carli. Parecer FAVORÁVEL. O senhor deputado Nereu Moura requer vistas do projeto. O senhor Presidente informa que não será concedido vistas pois o mesmo encontra-se em Regime de Urgência, de acordo

com o Regimento Interno quando isto acontece não se pode conceder vistas. O senhor presidente colocou em votação. Parecer FAVORÁVEL, tendo sido o mesmo APROVADO. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente agradeceu a presença dos senhores deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, para

constar lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor Presidente e por mim Ana Beatriz S. do Prado, secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente  
Ana Beatriz S. do Prado - Secretária